

Na penúltima sessão, Congresso aprova 50 projetos a toque de caixa.

— Em seu penúltimo dia de funcionamento, antes do recesso parlamentar que começa hoje, o Congresso Nacional promoveu ontem um “esforço concentrado” e votou cerca de 50 projetos de lei e medidas provisórias. Em sessão conjunta do Congresso, que reúne ao mesmo tempo Câmara e Senado, foram votados 27 projetos, a maioria de créditos suplementares para órgãos do governo, e 11 medidas provisórias. O Congresso aprovou entre outras medidas, 36 pedidos de créditos suplementares do Poder Executivo ao orçamento deste ano num total de NCz\$ 109,4 bilhões, dos quais NCz\$ 93,4 bilhões sairão por conta da emissão de títulos públicos. Os projetos só foram aprovados depois que uma equipe de técnicos do Ministério do Planejamento encabeçada pelo secretário de Orçamento e finanças, Pedro Parente, convenceu as lideranças sobre a urgência e relevância das matérias. Dos NCz\$ 93,4 bilhões em títulos, o governo vai gastar NCz\$ 27 bilhões para pagamento de pessoal e encargos sociais.

Dante da falta de quórum, a votação só prosperou depois que a líder em exercício do PT, deputada Irma Passoni (SP), cedeu aos argumentos dos técnicos do governo e das demais lideranças do

Congresso. A partir do entendimento, os projetos foram sendo votados a toque de caixa sem nenhuma discussão. “É fim de festa”, resumiu o deputado César Maia (PDT-RJ). Maia foi o relator da Medida Provisória 124, também aprovada, que facilita a utilização, pelo Executivo, nos próximos exercícios, dos recursos remanescentes de autorizações para operações de crédito.

Só para as despesas com o pagamento do serviço da dívida pública federal e da dívida externa garantida pela União foram autorizados NCz\$ 67,2 bilhões. “A variação dos valores em relação à previsão inicial decorre basicamente da aceleração inflacionária, que implica a automática correção do principal de toda a dívida, e dos efeitos da elevação das taxas reais de juros, exigida pela conjuntura econômica caracterizada pela ameaça de hiperinflação”, explica a mensagem enviada ao Congresso pelo presidente José Sarney.

Em outra mensagem, a que pode autorização para a abertura de créditos adicionais de NCz\$ 27 bilhões para o pagamento de pessoal e encargos sociais, o governo reconhece novamente a frustração com os níveis inflacionários. “Esses recursos tornam-se necessários

face à mudança dos índices inflacionários previstos para os meses de outubro e novembro bem como aos reajustes salariais concedidos aos servidores da administração pública federal, direta e indireta”, justifica a proposta.

O Congresso manteve, ao aprovar o Orçamento Geral da União para 1990, a maior parte das dotações destinadas originalmente na proposta do Executivo aos gastos com a equalização dos preços da cana-de-açúcar no Nordeste. Dos NCz\$ 126,5 milhões da proposta do Executivo, o Congresso aprovou NCz\$ 101 milhões (80%). A manutenção dessas verbas se deve aos deputados Gilson Machado (PFL-PE) e Nílson Gibson (PMDB-PE), que conseguiram neutralizar, na Comissão Mista do Orçamento, manobra de outros parlamentares, que tentavam desviá-las para o pagamento de avais a bancos e despesas administrativas do Senado.

O deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) e o senador Mário Maia (PDT-AC) queriam usar as verbas para pagar avais do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) a 15 bancos e para financiar gastos do Senado, como compra de veículos e imóveis para seus funcionários.